

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Discurso & prática brasileiros

No mesmo dia em que o presidente Lula tentou mostrar, na abertura da COP28, o Brasil como um país de proteção ambiental e economia verde, o iminente desabamento de parte de Maceió rodou o mundo. Não faltaram avisos sobre o problema em Maceió. Aliás, desde a década de 1980. A exploração, porém, só começou a ser suspensa em 2019, depois de quase 30 anos. A exploração ali começou no governo Geisel, com a antiga Petroquisa. O milagre econômico virou pesadelo.

A preço de banana

O mercado já está preocupado com a sobrevivência da Braskem, que a Petrobras avalia virar controladora — hoje, é a segunda maior acionista. A J&F e a Adnoc também haviam demonstrado interesse. Com o caso de Maceió, as ações devem despencar, por causa do mar de indenizações que virá pela frente.

Quem ganha

Com a situação de iminente desabamento, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) vai conseguir emplacar a CPI da Braskem. E justamente no ano eleitoral de 2024.

A pressão do PT

Os petistas já fizeram chegar ao presidente Lula a vontade de assumir o Ministério da Justiça. É que lá está parte do discurso de defesa da democracia que o partido deseja empreender nas campanhas eleitorais, Brasil afora, em 2024. Os petistas avaliam que esse foi um dos pontos que projetaram o atual ministro, Flávio Dino, considerado um dos mais populares do governo, que agora vai para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Paralelamente a esse ponto, a bancada considera que chegou a hora de a legenda recuperar poder. O PT defendia Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal e Antonio Carlos Bigonha para procurador-geral da República. Perdeu. Agora, precisa equilibrar esse jogo, emplacando o novo ministro da Justiça. Essa será a briga da próxima semana, quando Lula voltar do périplo internacional no Oriente Médio e na Alemanha.



CURTIDAS

Sem intermediários/ O ministro do Turismo, Celso Sabino, volta ao cargo na segunda-feira, depois de deixar o posto para cuidar das próprias emendas ao Orçamento. Se a moda pega, vão sobrar poucos ministros dos partidos aliados.

Por falar em Orçamento.../ Chegou o mês do Natal sem sequer a Lei de Diretrizes Orçamentárias estar aprovada. Nem o relatório foi apresentado. Se não houver um esforço concentrado para essa votação até 23 de dezembro, emendas de 2024 só serão liberadas depois de março.

Meu sonho é ser Sigmaringa Seixas, amigo e conselheiro (de Lula). Tenho horror a soldado e polícia, nem servi o Exército"



Do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, contando, durante o Diálogo Esfera, na última quinta-feira, uma parte de sua conversa com o presidente Lula, quando foi chamado a ocupar o cargo. Calmo e cordato, José Múcio se moldou à cadeira e entendeu a caserna. Hoje, próximo a eles, admira a missão e a disciplina militares.

O sistema se protege/ A decisão do Supremo Tribunal Federal para punir empresas de comunicação e jornalistas pelas acusações feitas por entrevistados a outras pessoas fere a liberdade de expressão. Se não fosse o entrevistado poder falar livremente, jamais haveria o fio da meada que chegou ao esquema de contas fantasmas no período do governo Collor. Tudo começou com uma entrevista de Pedro Collor à revista *Veja*. Agora, será difícil repetir a dose do “conta tudo”.

» Entrevista | LUCIANA ELMAIS | Diretora-executiva da Legisla Brasil

Fundadora da ONG que avalia trabalho de parlamentares diz que deputadas mostraram desempenho melhor do que os homens neste primeiro ano no cargo, mesmo sendo minoria na Câmara e enfrentando uma série de barreiras na política institucional

“Mulheres têm se destacado no mandato”

» ALINE BRITO

As mulheres têm se destacado na política. É o que mostra a segunda edição do Índice Legisla, lançado em novembro pela Organização Não Governamental (ONG) Legisla Brasil. Segundo os dados, apesar de serem minoria na Câmara dos Deputados (18%), os mandatos femininos representam 25% dos parlamentares com melhor desempenho no primeiro ano da nova legislatura.

Ao todo, o índice apontou 40 deputados como cinco estrelas, ou seja, que têm a melhor atuação. Entre eles, as mulheres tiveram um resultado ligeiramente superior, principalmente em relação à capacidade de mobilização em torno de suas pautas e seus interesses.

Na lista dos cinco estrelas estão nomes como Érika Kokay (PT-DF), Julia Zanatta (PL-SC), Sâmia Bomfim (PSol-SP), Coronel Fernanda (PL-MT) e Laura Carneiro (PSD-RJ). Entre os homens, parlamentares como Abílio Brunini (PL-MT), Amom Mandel (Cidadania-AM), Fred Linhares (República-DF), Kim Katagiri (União-SP) e Chico Alencar (PSol-RJ).

As informações podem auxiliar partidos e políticos a aprimorar suas atuações, uma vez que o índice apresenta também quais são os parlamentares com piores avaliações.

Ao **Correio**, Luciana Elmais, fundadora e diretora-executiva da Legisla, explicou como funciona o levantamento. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Como a Legisla atua?

A Legisla é uma ONG que tem a missão de promover práticas

mais efetivas e inclusivas dentro de gabinetes parlamentares, dentro de partidos políticos. Na prática, a gente tem diversos estudos, publicações, ferramentas que a gente usa, dados e evidências para ajudar a aprimorar o debate político. A gente também oferece consultorias para partidos e gabinetes que queiram melhorar a sua atuação. A Legisla existe há seis anos.

Como funciona o Índice Legisla?

O índice é uma ferramenta aberta on-line gratuita e foi em parceria com Olívia Carneiro, mestre em economia pela Universidade de Chicago e influenciar. Fala sobre economia e consegue jogar um pouco mais de luz sobre como o trabalho parlamentar vem acontecendo dentro da Câmara. A ideia é avaliar o trabalho dos políticos de maneira quantitativa, sem viés ideológico, gerando um ranking de quem vem trabalhando mais, quem é mais produtivo, e o ranking de quem está trabalhando menos e que pode melhorar a sua atuação.

Como é o acesso?

Na prática, o índice é um site, que todo mundo consegue acessar, com esses dados já sistematizados sobre avaliação do trabalho dos políticos. Os deputados que têm trabalhado de maneira mais produtiva estão identificados no índice como parlamentares cinco estrelas. A última edição foi lançada nesse mês de novembro, então estamos com os dados fresquinhos.

De onde são retirados os dados?

O índice é feito com metodologia baseada em quatro eixos. O primeiro é o legislativo, ou seja, a capacidade dele de produzir,

Divulgação



fazer relatorias, aprovar projetos, a relevância dos projetos em que tem trabalhado, a apresentação de votos em separado. O segundo eixo fala sobre fiscalização. Trata-se da capacidade do parlamentar de fiscalizar políticas que vêm do governo federal. O terceiro eixo é de mobilização e articulação política — entram cargos que esse parlamentar ocupa nessa legislatura. Nosso quarto e último eixo é o alinhamento partidário, que é o quão parecido ou diferente cada parlamentar vota de acordo com a maioria dos votos do seu partido. Esses quatro eixos acumulam 16 indicadores, todos quantitativos, baseados em dados da própria Câmara.

Quais eixos se destacam?

O melhor eixo de trabalho que eles têm hoje é o de alinhamento

partidário. Os parlamentares trabalham alinhados com seus partidos. O pior eixo é o de fiscalização. A gente vê um Congresso ainda com dificuldade de usar as ferramentas para fiscalizar.

Quantos políticos foram mais bem avaliados?

Por volta de 40, de diversos partidos. São mais de 10 partidos diferentes entre os mais bem avaliados. Além disso, o índice mostra que a média da Câmara, numa escala de 0 a 10 em produtividade, é de 3.6. Esse é um indicador que mostra que a Câmara ainda está com uma produtividade muito tímida.

Como foi avaliada a participação feminina no Congresso?

Parlamentares mulheres estão mais presentes entre os cinco

estrelas, proporcionalmente, do que os masculinos. As mulheres têm se destacado mais neste primeiro ano do mandato, mesmo sendo minoria na Casa e enfrentando diversas barreiras na política institucional. Além disso, entre os parlamentares mais bem avaliados, temos uma super-representação de mulheres nesse grupo: elas são 18% da Câmara e, entre os cinco estrelas, 25%. Isso é bem interessante de pensar porque a gente tem um grupo muito menor de mulheres na Câmara do que de homens, então para a média ser maior tem que ter poucas parlamentares performando mal.

Nesses seis anos do Legisla, como avalia a participação feminina na política?

A gente teve um avanço da última legislatura para essa, um aumento da participação feminina, participação de pessoas negras também, mas a gente só vai conseguir realmente ter a democracia que quiser se tiver todos os tipos de pessoas representadas nos espaços de poder, principalmente no Legislativo. Isso está muito longe da realidade. Estamos falando de 18% de mulheres na Câmara, e esse dado é muito triste se pensarmos que somos mais de 50% da população.

De que forma é possível mudar esse panorama?

O único jeito de virar o jogo e conseguir, de fato, essa representatividade que a gente quer é com os partidos colocando a mão na massa para resolver. Enquanto os partidos não conseguirem formar, desenvolver e viabilizar candidaturas de mulheres e pessoas negras, essas pessoas não vão conseguir

chegar ao poder. Há mulheres e pessoas negras querendo participar da política, mas se não houver viabilidade para essas pessoas, seja técnica, seja financeira, seja apoio do partido, a gente não vai ter uma mudança de jogo.

Mas isso vai no sentido contrário do que se viu no Congresso nos últimos meses, com o debate sobre a PEC da Anistia. Como avaliam isso?

Essa PEC seria um tremendo problema para a participação política feminina e de grupos minorizados. A gente já tem tanta dificuldade de garantir esse viés da viabilidade, e a PEC seria outro ponto que traria mais uma dificuldade para essa população entrar nesses espaços.

O que pode ser feito para aumentar a participação feminina na política?

Existe interesse das mulheres em serem ativas politicamente. A gente não está mais no momento da sociedade em que as mulheres não querem, ou de falar que não tem pessoas negras suficientes, que não tem mulheres. O que a gente não tem é viabilidade para essas candidaturas, e essas pessoas sabem do nível do desafio, não sentem que têm o apoio necessário, e desistem. Não é somente sobre um processo de convencimento das mulheres, mas de garantir a viabilidade que os partidos historicamente ainda não garantiram. Nossa principal aposta para resolver esse problema não é só viabilizar e falar para as mulheres ocuparem a política, mas é também abrindo espaços seguros, sem violência, que elas possa participar do processo, assim como com pessoas negras.